



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.349	19.890	108.216	93.223
Ativo financeiro indenizável	5				823
Concessionárias	6	20.724	13.536	30.548	28.874
Impostos e contribuições sociais	7	24.254	26.135	25.111	34.044
Dividendos a receber	9	10.403	13.153	792	
Estoques		238		611	71
Cauções e depósitos vinculados	11				4.081
Despesas pagas antecipadamente		395	388	603	672
Outros créditos	12	5.989	5.387	6.495	6.333
		142.352	78.489	172.376	168.121
Não circulante					
Ativo financeiro indenizável	5				19.425
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	6.490	4.123	6.490	4.368
Partes relacionadas	10	2.680	830	1.857	
Cauções e depósitos vinculados	11	3.840	114	15.061	10.408
Outros créditos	12				15
		13.010	5.067	23.408	34.216
Investimentos	13	190.896	274.953		
Imobilizado	14	409.213	198.820	654.953	610.359
Intangível	15	20.713	16.494	21.792	18.956
		620.822	490.267	676.745	629.315

Total do ativo 776.184 573.823 872.529 831.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
			Reclassificado		Reclassificado
Receitas	23	143.274	108.071	257.835	237.674
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(16.890)	(24.080)	(21.861)	(27.620)
Encargos de uso da rede elétrica	24	(7.969)	(6.605)	(11.990)	(14.515)
		(24.859)	(30.685)	(33.851)	(42.135)
Custo de operação					
Pessoal		(13.610)	(12.317)	(14.126)	(13.672)
Materiais e serviços de terceiros		(8.687)	(5.545)	(13.029)	(9.995)
Depreciações e amortizações		(6.936)	(1.135)	(16.134)	(8.524)
Outros custos de operação	24	(1.455)	(1.035)	(1.114)	(1.790)
		(30.688)	(20.032)	(44.403)	(33.981)
Custo do serviço prestado a terceiros	24	(439)	(1.844)	(439)	(2.174)
Lucro bruto		87.288	55.510	179.142	159.384
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com vendas		(13)	(43)	(366)	(225)
Despesas gerais e administrativas		(16.422)	(17.461)	(24.185)	(24.398)
Depreciações e amortizações		(87)	(38)	(174)	(195)
Outras despesas e receitas operacionais		(10.556)	(5.194)	(12.247)	(7.626)
		(27.078)	(22.736)	(36.972)	(32.444)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		60.210	32.774	142.170	126.940
Resultado das participações societárias	13	60.025	63.001		
Receitas financeiras		5.624	4.122	11.963	10.930
Despesas financeiras		(12.652)	(10.533)	(25.447)	(28.959)
Resultado financeiro	25	(7.028)	(6.411)	(13.484)	(18.029)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		113.207	89.364	128.686	108.911
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.839)	6.600	(19.114)	(6.379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	780	239	1.500	294
	26	(9.059)	6.839	(17.614)	(6.085)
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores		104.148	96.203	111.072	102.826
Participações dos acionistas não controladores				(6.924)	(6.623)
Resultado líquido do exercício		104.148	96.203	104.148	96.203
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R\$		104,09	96,15		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2011	2011	2011
Resultado líquido do exercício		104.148	104.148	
Outros resultados abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		(1.907)	(1.907)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		648	648	
Resultado abrangente do exercício		102.889	102.889	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	16	18.764	10.967	26.373	22.005
Impostos e contribuições sociais	7	17.855	6.727	19.713	17.571
Dividendos	9	47.048	16.893	47.048	16.893
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	50.594	35.907	59.129	66.546
Benefícios pós-emprego	18	102		102	
Devolução tarifária					147
Obrigações estimadas com pessoal	19	5.088	4.353	5.442	4.854
Encargos regulamentares e setoriais	20	3.905	3.602	4.599	5.039
Provisões	21	488	238	1.110	1.005
Outras contas a pagar	12	404	286	407	293
		144.248	78.973	163.923	134.353
Não circulante					
Fornecedores	16				915
Impostos e contribuições sociais	7		276		276
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	53		53	79
Empréstimos e financiamentos	17	42.358	37.333	106.420	127.934
Benefícios pós-emprego	18	2.272		2.272	
Partes relacionadas	10	61.612	274	61.681	95.853
Encargos regulamentares e setoriais	20			250	292
Provisões	21	8.956	611	9.676	4.227
Outras contas a pagar	12	59	84	59	84
		115.310	38.578	180.411	229.660
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	263.436	226.912	263.436	226.912
Reservas de lucros	22.3	254.449	229.360	254.449	229.360
Outros resultados abrangentes	22.3	(1.259)		(1.259)	
		516.626	456.272	516.626	456.272
Participações não controladores				11.569	11.367
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		516.626	456.272	528.195	467.639
Total do passivo e patrimônio líquido		776.184	573.823	872.529	831.652

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
		Reclassificado		Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	113.207	89.364	128.686	108.911
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(10)	24
Ativo financeiro indenizável - baixa			585	661
Depreciações e amortizações	7.023	5.772	16.308	16.811
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1.718	1.782	3.228	2.102
Despesas pagas antecipadamente		(250)	240	(313)
Fornecedores - atualização monetária				3.016
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.722	7.373	16.670	14.043
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				1
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	5.609	(355)	6.191	311
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	(28)		34	369
Participações societárias	(60.025)	(63.001)		
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	1.393	1.192	1.891	1.823
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(1)	(816)	(1.197)
Outros		(101)		(106)
	77.619	41.775	173.007	146.456
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias	(2.686)	(422)	(2.500)	260
Impostos e contribuições sociais compensáveis	7.124	(15.606)	6.070	(15.852)
Estoques	(229)		(540)	(72)
Cauções e depósitos vinculados	(794)	167	244	7.921
Despesas pagas antecipadamente	24		(242)	(63)
Outros ativos operacionais	(128)	(20)	(187)	581
	3.311	(15.881)	2.845	(7.225)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	6.468	5.296	3.559	11.400
Outros tributos e contribuições sociais	(5.202)	6.819	(3.536)	11.601
Benefícios pós-emprego	467		467	
Obrigações estimadas com pessoal	735	279	600	433
Encargos regulamentares e setoriais	(1.903)		(2.262)	(6)
Provisões	(367)		(671)	
Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27			(147)	147
Outros passivos operacionais	93	(969)	109	(1.118)
	291	11.425	(1.881)	22.457
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	81.221	37.319	173.971	161.688
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.993)	(4.846)	(14.962)	(17.486)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	78.228	32.473	159.009	144.202
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	39.407	50.422		
Adições ao imobilizado e intangível	(46.928)	(45.915)	(68.821)	(73.382)
Partes relacionadas	1.857	482		
Caixa e equivalentes de caixa por incorporação/por transferência	22.076		(8.388)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	16.412	4.989	(77.209)	(73.382)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(35.176)	(917)	(34.115)	6.649
Aumento (redução) de capital	36.524		36.524	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(16.893)	(15.455)	(23.614)	(20.959)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures				31.637
Amortização de Principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	(18.636)	(9.326)	(45.602)	(31.795)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(34.181)	(25.698)	(66.807)	(14.468)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	60.459	11.764	14.993	56.352
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	80.349	19.890	108.216	93.223
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.890	8.126	93.223	36.871
	60.459	11.764	14.993	56.352

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2010	120.481	167.688	–	(4.235)	283.934	10.248	294.182
Aumento de capital - AGO de 07/04/2010	106.431	(11.100)			95.331		95.331
Reversão de dividendos		24.359			24.359		24.359
Dividendo adicional aprovado		(24.264)			(24.264)		(24.264)
Lucro líquido do exercício				96.203	96.203	6.623	102.826
Constituição de reserva legal		4.599		(4.599)	–		–
Reserva de retenção de lucros		57.878		(57.878)	–		–
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		10.200		(10.200)	–		–
Dividendos intermediários (JSCP)				(16.000)	(16.000)		(16.000)
Dividendos propostos				(3.291)	(3.291)	(5.504)	(8.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	226.912	229.360	–	–	456.272	11.367	467.639
Aumento de capital - AGE de 10/10/2011	27.891	(27.891)			–		–
Redução de capital - AGE de 17/10/2011	(27.891)				(27.891)		(27.891)
Aumento de capital - AGE de 27/12/2011	36.524				36.524		36.524
Distribuição de reserva de retenção de Lucros		(23.700)			(23.700)		(23.700)
Lucro líquido do exercício				104.148	104.148	6.924	111.072
Constituição de reserva legal		5.207		(5.207)	–		–
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		1.022		(1.022)	–		–
Dividendos intermediários (JSCP)				(27.468)	(27.468)	(6.722)	(34.190)
Dividendo adicional proposto		70.451		(70.451)	–		–
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(1.907)		(1.907)		(1.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			648		648		648
Saldos em 31 de dezembro de 2011	263.436	254.449	(1.259)	–	516.626	11.569	528.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Energest S.A. (Companhia ou Energest ou Controladora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades, gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante, implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou no exterior.

1.1 Reorganização Societária - Incorporação da controlada Castelo Energética S.A. - CESA pela Energest

Em 31 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da CESA, deliberou a Incorporação da controlada CESA pela Energest, que foi pautada nas seguintes justificativas:

a) a Companhia e a CESA são controladas direta e indiretamente pela EDP - Energias do Brasil S.A.;

b) a Companhia e a CESA desenvolvem a mesma atividade econômica, tendo ambas ativos de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil localizados no Estado do Espírito Santo.

Com a incorporação, entendem as partes, que serão obtidos benefícios de ordem administrativa, financeira e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos das empresas envolvidas e uma perspectiva de expansão dos negócios da Companhia. O processo de reorganização societária foi condicionado às seguintes anuências:

(i) aprovação da operação pelo Banco Santander S.A., emitida em 10 de fevereiro de 2011;

(ii) aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nos termos da Resolução Autorizativa nº 2.861, de 19 de abril de 2011; e

(iii) aprovação da operação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, emitida em 20 de junho de 2011.

Em função da referida reorganização societária e consumadas as providências legais da incorporação, a CESA foi extinta de pleno direito

Balanços patrimoniais em 31 de julho de 2011

	Controladora antes da Incorporação	CESA saldo para Incorporação	Eliminações	Reclassificações	Controladora após Incorporação
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	49.825	22.076			71.901
Concessionárias	12.859	4.502			17.361
Impostos e contribuições sociais	23.786	4.378			28.164
Dividendos a receber	15.599				15.599
Estoques	11	9			20
Cauções e depósitos vinculados	112				112
Despesas pagas antecipadamente	85	31			116
Outros créditos	8.487	474			8.961
	110.764	31.470			142.234
Não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.068	949			5.017
Partes relacionadas	876	100	(100)		876
Cauções e depósitos vinculados	27	2.932			2.959
	4.971	3.981	(100)		8.852
Investimentos	278.392		(79.534)		198.858
Imobilizado	207.395	177.246		14	384.655
Intangível	19.796	1.036		(14)	20.818
	505.583	178.282	(79.534)		604.331
	621.318	213.733	(79.634)		755.417
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	5.881	1.329			7.210
Impostos e contribuições sociais	10.454	4.222			14.676
Dividendos	16.893				16.893
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	34.090	15.025			49.115
Benefícios pós-emprego	10				10
Obrigações estimadas com pessoal	3.870				3.870
Encargos regulamentares e setoriais	3.779	813			4.592
Provisões	150	276			426
Outras contas a pagar	126				126
	75.253	21.665			96.918
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais diferidos		64			64
Empréstimos e financiamentos	28.800	14.601			43.401
Benefícios pós-emprego	230				230
Partes relacionadas	237	94.764	(100)		94.901
Provisões	467	3.105			3.572
Outras contas a pagar	66				66
	29.800	112.534	(100)		142.234
Patrimônio líquido					
Capital social	226.912	37.308	(37.308)		226.912
Reservas de lucros	229.360	32.850	(32.850)		229.360
Outros resultados abrangentes	2				2
Lucros (prejuízos) acumulados	59.991	9.376	(9.376)		59.991
	516.265	79.534	(79.534)		516.265
	621.318	213.733	(79.634)		755.417

1.2 Transferência das ações da controlada Evrecy Participações S.A. para a EDP - Energias do Brasil.

Em 17 de outubro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Energest, deliberou a redução do capital social da Companhia em R\$27.891 e, a título de restituição do valor correspondente à redução do capital social, foi aprovado a atribuição do controle acionário da Evrecy para a EDP - Energias do Brasil.

Por meio do Despacho nº 4.899, de 20 de dezembro de 2011, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF aprovou a redução no capital social da Companhia.

Em 23 de dezembro de 2011, a SFF (i) atestou que a instrução do pedido de transferência atende aos requisitos jurídicos, financeiros, técnicos e fiscais exigidos pela ANEEL; (ii) registrou que a Concessionária encontra-se adimplente com todas as obrigações intrassetoriais e (iii) recomendou a emissão de resolução autorizativa em favor da EDP - Energias do Brasil, bem como a aprovação do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL.

Em 17 de janeiro de 2012, a SFF votou acerca da transferência do controle societário direto da Evrecy nas seguintes condições:

(i) pela emissão de resolução autorizativa, a fim de autorizar a transferência do controle societário direto da Energest para a EDP - Energias do Brasil;

(ii) por estabelecer que a reestruturação societária ora autorizada seja implementada e formalizada em 90 dias e que os documentos comprobatórios da formalização da operação sejam encaminhados à ANEEL no prazo de 30 dias, a contar de sua efetivação; e

(iii) pela aprovação da minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL, a qual deverá ser assinada no prazo de até 45 dias, a contar da data em que for comprovada a implementação da transferência em questão.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
Geração do valor adicionado	158.805	122.038	282.471	264.108
Receita operacional	158.340	122.047	282.216	264.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(13)	(27)	(261)	(70)
Outras receitas	478	18	516	80
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(48.437)	(47.218)	(69.067)	(70.998)
Custos da energia comprada	(16.890)	(24.080)	(21.861)	(27.620)
Encargos de uso da rede elétrica	(7.969)	(6.605)	(11.990)	(14.515)
Materiais	(1.235)	(964)	(2.461)	(1.756)
Serviços de terceiros	(12.555)	(11.258)	(22.005)	(20.459)
Outros custos operacionais	(9.788)	(4.311)	(10.749)	(6.648)
Valor adicionado bruto	110.368	74.820	213.404	193.110
Retenções				
Depreciações e amortizações	(7.023)	(1.173)	(16.308)	(8.719)
Valor adicionado líquido produzido	103.345	73.647	197.096	184.391
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	5.624	4.122	11.963	10.930
Resultado da equivalência patrimonial	60.025	63.001		
Valor adicionado total a distribuir	168.994	140.770	202.135	188.698
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	14.549	14.623	15.526	16.798
Benefícios	2.809	2.252	2.880	2.274
FGTS	1.246	1.264	1.271	1.291
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	31.617	13.943	49.362	41.030
Estaduais	278	40	1.699	51
Municipais	139	161	169	214
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	12.652	10.533	25.444	28.959
Aluguéis	1.556	1.751	1.637	1.878
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	27.468	16.000	27.468	16.000
Dividendos e juros sobre capital próprio		3.292		3.292
	92.314	63.859	125.456	111.787
Lucros retidos	76.680	76.911	76.680	76.911
	168.994	140.770	202.135	188.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

e a Companhia assumiu a responsabilidade ativa e passiva, passando a ser sucessora legal, para todos os efeitos.

Acervo líquido incorporado

Os saldos dos ativos e passivos e o correspondente acervo líquido incorporado pela Companhia, originário do patrimônio da CESA, estão abaixo apresentados:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2. **Concessões**
 A Companhia e suas controladas, Pantanal Energética Ltda. (Pantanal), Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé) e Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica), possuem junto à ANEEL, as seguintes concessões de geração em operação:

Empresas	Usinas Hidrelétricas	Estado	Cidade	Rio	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada				
						Início	Término	Concessão/Autorização/Registro		
Energest	Mascarenhas	(1)	ES/MG	Baixo Guandú/Aimorés	Doce	198,00	134,70	13/07/1995	16/07/2025	
	Suíça	(1)	ES	Santa Leopoldina	Santa Maria da Vitória	33,90	18,91	13/07/1995	16/07/2025	
	Alegre	(1)	ES	Alegre	Ribeirão Alegre	2,06	1,22	13/07/1995	16/07/2025	
	Fruteiras	(1)	ES	Cach. Itapemirim	Fruteiras	8,74	5,56	13/07/1995	16/07/2025	
	Jucu	(1)	ES	Domingos Martins	Jucu	4,84	2,63	13/07/1995	16/07/2025	
	Rio Bonito	(1)	ES	Santa Maria de Jetibá	Santa Maria da Vitória	22,50	9,40	13/07/1995	16/07/2025	
	Aparecida	(1)	ES	Muqui	Muqui do Sul	0,36	-	13/07/1995	16/07/2025	
	lúna	(1)	ES	lúna	Pardo	0,20	-	13/07/1995	16/07/2025	
	Rio Preto	(1)	ES	Barra do São Francisco	Preto	0,43	-	13/07/1995	16/07/2025	
	Fumaça	(1)	ES	Alegre	Braço Norte Direito	8,00	-	13/07/1995	16/07/2025	
	Viçosa	(2)	ES	Conceição do Castelo	Castelo	4,50	2,53	19/05/1999	19/05/2029	
	São João	(2)	ES	Castelo/Conceição do Castelo	Castelo	25,00	14,35	19/05/1999	19/05/2029	
	Pantanal	Coxim	(3)	MS	Coxim	Córrego do Veado	0,40	0,30	04/12/1997	Indefinida
		São João I	(3)	MS	Ponta Porã	São João	0,66	0,54	04/12/1997	Indefinida
		São João II	(3)	MS	Ponta Porã	São João	0,60	0,45	04/12/1997	Indefinida
		Paraíso	(2)	MS	Costa Rica	Paraíso	21,60	12,59	23/12/1999	23/12/2029
Assis Chateaubriand		(1)	MS	Ribas do Rio Pardo	Pardo	29,50	20,90	04/12/1997	04/12/2027	
Costa Rica	Costa Rica	(2)	MS	Costa Rica	Sucuriú	16,00	12,28	05/11/2001	05/11/2031	
Santa Fé	Francisco Gros	(2)	ES	Alegre	Itapemirim	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031	

(1) Serviço público de energia (Concessão)
 (2) Produção independente de energia (Autorizada)
 (3) Serviço público de energia (Registro)

2.1 Contratos de Concessão da controladora Energest

O prazo das concessões das UHEs da Controladora, poderão ser prorrogados por período de até 20 anos, nos termos do § 20 do artigo 40 da Lei nº 9.074/1995, com a redação dada pelo artigo 80 da Lei nº 10.848/2004, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das Usinas Hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração das Usinas Hidrelétricas, as concessionárias terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Os contratos de concessão das UHEs da Controladora estabelecem que o preço aplicável na comercialização da energia elétrica produzida será negociado livremente pelas concessionárias com os compradores, conforme artigo 10 da Lei nº 9.648/1998, e artigos 27 e 28 da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pelas Leis nº 10.604/2002 e nº 10.848/2004.

Os contratos de concessão das UHEs da Controladora estabelecem que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida a concessionárias, observados os valores e as datas das respectivas incorporações ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2.2 Contrato de Concessão UHE Assis Chateaubriand, da controlada Pantanal

O contrato de concessão estabelece que a critério exclusivo do Poder Concedente, e para assegurar a continuidade e qualidade da energia produzida, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, no máximo por igual período, mediante requerimento da concessionária.

Na exploração das Usinas Hidrelétricas, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O contrato de concessão da UHE Assis Chateaubriand estabelece que a comercialização de energia, a concessionária aplicará as tarifas homologadas pelo poder concedente e em conformidade com disciplina legal que vier a ser estabelecida para o setor de energia elétrica e a superveniente à assinatura do respectivo contrato, sendo que os valores das tarifas serão reajustados com periodicidade anual.

O contrato de concessão estabelece que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida a concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A controlada Pantanal aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

3. **Base de preparação e Práticas contábeis****3.1 Base de preparação****3.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

3.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As práticas contábeis financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela controladora e suas controladas a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber**• Ativo financeiro indenizável (Nota 5)**

Os saldos de 2010 representam os recebíveis, a serem pagos pelo Poder Concedente ou por quem ele indicar, decorrentes da construção da rede de transmissão da controlada Evrecy, disponibilização da mesma rede para uso pelas distribuidoras de energia e ainda pelo direito a receber uma indenização ao final da concessão.

• Concessionárias (Nota 6)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos e por recebíveis de empresas de distribuição de energia elétrica decorrentes de operações de uso do sistema de transmissão.

c) Investimentos (Nota 13)**• Controladas**

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de uma mesma Companhia ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

d) Imobilizado (Nota 14)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a esta indenizará a Companhia pelos ativos não totalmente depreciados. Os métodos de depreciação e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

e) Ativo intangível (Nota 15)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares, desenvolvimento de projetos e faixas de servidão. Os seguintes critérios são aplicados:

- Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1); e
- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais (Nota 15 e 21)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituída uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 16)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 17)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação.

k) Provisões (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 26)

O imposto de renda e a contribuição social correntes e os diferidos da Controladora registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o Lucro tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social corrente é calculada com base nos Lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração do imposto de renda em 15 de outubro de 2009.

Para as controladas Santa Fé, Evrecy, Pantanal e Costa Rica, o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de Lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2005.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2011 e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

o) Dividendos (Nota 9)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

p) Capital social (Nota 2.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica, serviços prestados, receita de uso do sistema de transmissão de energia elétrica e de operação e manutenção da mesma rede são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

r) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais; e Planos de benefícios pós-emprego.

s) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

- Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

t) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

u) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

v) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009, a interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/09, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. Em 9 de dezembro de 2010 a Resolução CFC nº 1.318/10 aprovou o OCPC 05 - Contratos de Concessão o qual definiu o modelo

a ser considerado para as empresas de transmissão de energia elétrica. Com base no entendimento da maioria dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica definiu-se que o modelo que melhor reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro, devido:

i) a Receita Anual Permitida - RAP, assegurada anualmente, a qual contempla a construção, a operação e a manutenção, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização (transporte de energia) pelos usuários (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores), portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão;

ii) o poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constituiu-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro;

iii) a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa; e

w) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

x) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

y) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

3.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas aprovada pela Resolução CFC nº 1.240/09 e alterações posteriores, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 13.2).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas companhias controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as companhias controladas incluídas na consolidação; e
- Destaque da participação dos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

3.4 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo (Nota 29).

3.5 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes**IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis**

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de Benefícios definidos, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto (Investments in Associates and Joint Ventures)

Em maio de 2011 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28 incorporando os procedimentos de contabilização de empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que o método de equivalência patrimonial é aplicável tanto para empreendimentos controlados em conjunto quanto para coligadas. Por outro lado, os requerimentos de divulgação para investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto foram combinados numa única e abrangente norma, o IFRS 12 "Divulgação de Participações em Outras Entidades" (*Disclosure of Interests in Other Entities*). As alterações do IAS 28 são efetivas para exercícios anuais que se iniciarem em/após 1º de janeiro de 2013.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS

39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciando na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em Conjunto e IFRS 12 - Divulgação de Participação em Outras Entidades

A emissão destas novas normas pretende definir com clareza o controle ou compartilhamento sobre uma investida. A IFRS 10 define um modelo de consolidação único que identifica o controle como base para a consolidação de uma entidade. A IFRS 11 estabelece os princípios para a divulgação pelas empresas de empreendimentos em conjunto. A IFRS 12 combina, aumenta e substitui os requisitos de divulgação para subsidiárias, empreendimentos em conjunto, associados e a estrutura de entidades não consolidadas. Como consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu, igualmente alterados e revisados, o IAS 27 e o IAS 28. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

3.6 Reclassificações do exercício de 2010**3.6.1 Demonstração do Resultado**

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010:

Controladora

Outros resultados: reclassificação do valor de R\$1.588, referente a ganhos e perdas na alienação de bens e direitos, para Outras despesas e receitas operacionais.

Créditos de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS anteriormente classificados em Despesas gerais e administrativas no montante de R\$6.467 para as rubricas Materiais e serviços de terceiros no montante de R\$1.869 e Depreciações e amortizações no montante de R\$4.599.

Consolidado

Outros resultados: reclassificação do valor de R\$1.588, referente a ganhos e perdas na alienação de bens e direitos, para Outras despesas e receitas operacionais.

Créditos de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS anteriormente classificados em Despesas gerais e administrativas no montante de R\$10.249 para as rubricas Materiais e serviços de terceiros no montante de R\$2.193 e Depreciações e amortizações no montante de R\$8.066.

Fiança bancária: reclassificação das despesas com fiança bancária da rubrica de Despesas gerais e administrativas no valor de R\$9, para Despesas financeiras.

3.6.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa era apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita com base no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para um melhor alinhamento com a divulgação do Grupo que está de acordo com o modelo da CVM.

3.6.3 Demonstração do Valor Adicionado

Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados:

Controladora

Créditos de PIS/COFINS no valor de R\$6.488 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem.

Consolidado

Créditos de PIS/COFINS no valor de R\$10.259 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem.

Fiança bancária no valor de R\$9 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

3.7 Primeira revisão tarifária periódica - Evreco

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 2/2008-ANEEL e o seu Primeiro Termo Aditivo, estabelece para a Evreco a data de 1º de julho de 2009 para a Primeira Revisão Tarifária Periódica e ciclo revisional de 4 anos. Entre Revisões são aplicados os Reajustes Anuais na data de 1º de julho de cada ano, corrigindo a RAP do ano anterior pelo IGP-M, adicionada ou subtraída a Parcela de Ajuste apurada nos últimos doze meses.

Através da Resolução Homologatória nº 1.171/2011, de 28 de junho de 2011, a ANEEL estabeleceu a RAP das concessionárias de transmissão de energia elétrica para o Ciclo 1º de julho de 2011 a 30 junho de 2012. A RAP da Evreco para o ciclo 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 é de R\$8.205, somado a isto tem uma Parcela de Ajuste referente ao ciclo anterior de R\$2, totalizando uma receita para o novo ciclo de R\$8.207.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	12.913	11.873	17.631	26.486
Aplicações financeiras - renda fixa	67.436	8.017	90.585	66.737
Total	80.349	19.890	108.216	93.223

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e suas controladas possuem a opção de resgate das referidas aplicações financeiras, sem penalidade ou perdas de rentabilidade. Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a Certificado de Depósito Bancário e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 100% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.3.

5. Ativo financeiro indenizável

Refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente, registrado na controlada Evreco, tanto pela construção da rede de transmissão de energia como ao direito incondicional de receber caixa a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão que será amortizado até o término da concessão, 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação no exercício (Circulante e Não circulante) é a seguinte:

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2010	Baixas	Transferência controle Evrecy	Saldo em 31/12/2011	
Ativo financeiro indenizável	20.248	(584)	(19.664)	—	
	20.248	(584)	(19.664)	—	
Conforme mencionado na nota 1.2, em dezembro de 2011 ocorreu a transferência do controle societário da então controlada Evrecy e, portanto não há saldo na data-base 31 de dezembro de 2011.					
6. Concessionárias	Controladora				
	Saldos Vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	19.540	19.540		19.540	12.725
Energia de curto prazo	1.184	1.184		1.184	811
Total circulante	20.724	20.724	—	20.724	13.536
Não circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	608	608	(608)	—	—
Total não circulante	608	608	(608)	—	—
	Consolidado				
	Saldos Vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	29.223	29.223		29.223	27.182
Energia de curto prazo	1.325	1.325		1.325	860
Encargos de uso da rede elétrica					832
Total circulante	30.548	30.548	—	30.548	28.874
Não circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	779	779	(779)	—	—
Energia de curto prazo	32	32	(32)	—	—
Total não circulante	811	811	(811)	—	—
7. Impostos e contribuições sociais	Controladora				
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010
Ativo - Compensáveis					
Imposto de renda e contribuição social	16.430	16.861		16.601	20.499
ICMS	13		23	39	
PIS e COFINS	5.053		5.053	572	
PIS e COFINS - COSIT 27		7.788		11.340	
IRRF sobre aplicações financeiras	1.567	102		2.177	102
Outros	1.191	1.384		1.257	1.492
Total	24.254	26.135	—	25.111	34.044

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	9.500	1.789	10.468	11.496
ICMS sobre diferencial de alíquota	45		69	16
ICMS		11	12	21
PIS e COFINS	1.617	1.030	1.911	1.580
ISS	343		588	
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros	130		160	
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	77		120	
IRRF sobre juros s/capital próprio	4.120	2.400	4.120	2.400
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		185	276	185
Outros	2.023	1.312	2.265	1.873
Total	17.855	6.727	276	19.713

7.1 IRRF - juros sobre capital próprio**7.1 PIS e COFINS - COSIT 27**

Em 15 de março de 2004, a Instrução Normativa SRF nº 404, com base na Lei 10.833/03 dispôs sobre a possibilidade de desconto de crédito de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado, para utilização na produção de bens destinados a venda e prestação de serviços, posteriormente alterada pela Instrução Normativa SRF nº 457/04, a qual manteve o critério de desconto de créditos pela depreciação calculada segundo critérios estabelecidos pela IN SRF nº 162/98 e IN SRF nº 130/99 e introduziu a opção de desconto pelo valor de aquisição dos bens pelo prazo de 4 anos, para máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, e de 2 anos, no caso de bens e disposições contidas nos decretos 4.955/2004, 5.173/2004 e 5.222/2004, adquiridos a partir de outubro de 2004, observando o disposto no artigo 31 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Em 2010, foram concluídos os trabalhos de análise do imobilizado para fins de apuração dos montantes dos créditos de PIS e COFINS, permitidos pela legislação, e desenvolvidos relatórios demonstrativos dos cálculos e critérios, para atendimento ao disposto no artigo 9º da IN RFB 457/2004.

7.2 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 22.2). Neste exercício foi retido o montante de R\$4.120.

7.3 Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 2009 foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09, o que gerou uma redução de passivos contingentes relativos a processos de natureza tributária no âmbito da esfera federal.

A Companhia optou pelo pagamento à vista do parcelamento em função das reduções dos encargos financeiros.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos**8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo e Passivo**

Os créditos fiscais a seguir detalhados, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Natureza dos créditos	Ativo não circulante							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças Temporárias								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.288	1.822	656	2.478	7.288	1.822	656	2.478
Benefício pós-emprego	2.357	589	212	801	2.357	589	212	801
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.721	2.147	773	2.920	10.721	2.147	773	2.920
Total diferenças temporárias	4.558	1.641	6.199	3.975	4.558	1.641	6.199	3.975
Diferenças Temporárias - RTT								
Licenças Ambientais - CPC 25	1.514	214	77	291	1.514	214	77	291
Total diferenças temporárias - RTT	214	77	291	148	214	77	291	148
Total Ativos Diferidos	4.772	1.718	6.490	4.123	4.772	1.718	6.490	4.123
	Passivo não Circulante							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças Temporárias								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.288	1.822	656	2.478	7.288	1.822	656	2.478
Benefício pós-emprego	2.357	589	212	801	2.357	589	212	801
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.721	2.147	773	2.920	10.721	2.147	773	2.920
Total diferenças temporárias	4.558	1.641	6.199	3.975	4.558	1.641	6.199	3.975
Diferenças Temporárias - RTT								
Licenças Ambientais - CPC 25	1.514	214	77	291	1.514	214	77	291
Total diferenças temporárias - RTT	214	77	291	393	214	77	291	393
Total Ativos Diferidos	4.772	1.718	6.490	4.368	4.772	1.718	6.490	4.368

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2012. Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

	2012	2013	Total Não circulante
	3.231	3.259	6.490

8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado

	Controladora		Consolidado	
	Resultado	Resultado	Resultado	Resultado
	2011	2010	2011	2010
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Natureza dos créditos	Diferenças temporárias			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(669)	437	(669)	437
Benefício pós-emprego	153		153	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.366	(144)	2.091	(144)
Provisão para bônus empregados		(80)		(80)
Total diferenças temporárias	850	213	1.575	213
Diferenças temporárias - RTT				
Licenças Ambientais - CPC 25	(70)	26	(75)	81
Total diferenças temporárias - RTT	(70)	26	(75)	81
Total passivos diferidos	780	239	1.500	294

7.1 IRRF - juros sobre capital próprio**7.1 PIS e COFINS - COSIT 27**

Em 15 de março de 2004, a Instrução Normativa SRF nº 404, com base na Lei 10.833/03 dispôs sobre a possibilidade de desconto de crédito de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado, para utilização na produção de bens destinados a venda e prestação de serviços, posteriormente alterada pela Instrução Normativa SRF nº 457/04, a qual manteve o critério de desconto de créditos pela depreciação calculada segundo critérios estabelecidos pela IN SRF nº 162/98 e IN SRF nº 130/99 e introduziu a opção de desconto pelo valor de aquisição dos bens pelo prazo de 4 anos, para máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, e de 2 anos, no caso de bens e disposições contidas nos decretos 4.955/2004, 5.173/2004 e 5.222/2004, adquiridos a partir de outubro de 2004, observando o disposto no artigo 31 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Em 2010, foram concluídos os trabalhos de análise do imobilizado para fins de apuração dos montantes dos créditos de PIS e COFINS, permitidos pela legislação, e desenvolvidos relatórios demonstrativos dos cálculos e critérios, para atendimento ao disposto no artigo 9º da IN RFB 457/2004.

7.2 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 22.2). Neste exercício foi retido o montante de R\$4.120.

7.3 Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 2009 foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09, o que gerou uma redução de passivos contingentes relativos a processos de natureza tributária no âmbito da esfera federal.

A Companhia optou pelo pagamento à vista do parcelamento em função das reduções dos encargos financeiros.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos**8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo e Passivo**

Os créditos fiscais a seguir detalhados, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Controladora				Consolidado			
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Natureza dos créditos	Ativo não circulante							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças Temporárias								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.288	1.822	656	2.478	7.288	1.822	656	2.478
Benefício pós-emprego	2.357	589	212	801	2.357	589	212	801
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.721	2.147	773	2.920	10.721	2.147	773	2.920
Total diferenças temporárias	4.558	1.641	6.199	3.975	4.558	1.641	6.199	3.975
Diferenças Temporárias - RTT								
Licenças Ambientais - CPC 25	1.514	214	77	291	1.514	214	77	291
Total diferenças temporárias - RTT	214	77	291	148	214	77	291	148
Total Ativos Diferidos	4.772	1.718	6.490	4.123	4.772	1.718	6.490	4.123
	Passivo não Circulante							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças Temporárias								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.288	1.822	656	2.478	7.288	1.822	656	2.478
Benefício pós-emprego	2.357	589	212	801	2.357	589	212	801
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.721	2.147	773	2.920	10.721	2.147	773	2.920
Total diferenças temporárias	4.558	1.641	6.199	3.975	4.558	1.641	6.199	3.975
Diferenças Temporárias - RTT								
Licenças Ambientais - CPC 25	1.514	214	77	291	1.514	214	77	291
Total diferenças temporárias - RTT	214	77	291	393	214	77	291	393
Total Ativos Diferidos	4.772	1.718	6.490	4.368	4.772	1.718	6.490	4.368

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos, na Controladora foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$780, a crédito de Patrimônio líquido em R\$648 e a crédito no passivo de R\$886.

No Consolidado a mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$1.500 e a crédito de Patrimônio líquido em R\$648.

9. Dividendos

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora										
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2011	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
Concessionárias										
Outros Créditos										
Serviços de consultoria ambiental e manutenção e operação da PCH Costa Rica	Costa Rica	01/07/2008	01/07/2008 a 30/06/2014		60	52			774	590
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		31	30			344	301
	Investco	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		39				139	
	Santa Fé	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		19				107	
	Pantanal	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						428	
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						132	
					149	82	-	-	1.924	891
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					159		(3.954)
	CESA	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					100		
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					13		(1.163)
	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011							(1.585)
	Santa Fé	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		823	829				
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					10		(98)
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011					129		(990)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011					87		(895)
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012							(15)
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011			1.857					1.857
Contratos de mútuo - 100% do CDI	CESA	09/11/2007	09/11/2007 a 05/05/2009							1
	EDP Energias do Brasil	29/12/2006	29/12/2006 a 29/12/2011							2
	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011					61.386		(2.771)
					2.680	830	61.612	274	(2.912)	(9.050)
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012					967	869	(10.337)
	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010							16
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					760	599	(7.401)
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025						158	(1.028)
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					83	56	(603)
					-	-	1.810	1.682	(19.369)	(19.004)
					Total	9.633	1.899	63.422	1.956	35.229
									26.684	

Consolidado

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2011	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	79,71	79	63			601	590
	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	89,50	59	62			451	441
	Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	106,92	58	62			447	438
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	153,47	21	22			163	155
	Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	162,88	45	46			359	322
	Enertrade	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022		166	149			1.770	143
	Enertrade	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014		393	353			4.198	4.012
	Enertrade	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023		1.509	1.778			13.906	13.359
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011		32				275	
	Enertrade	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011						18	
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011					278		(3.151)
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011							(56)
	Enertrade	01/01/2011	01/07/2011 a 31/12/2011					147		(675)
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	174,05					2.203	3.985
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	161,11					10.451	18.910
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	158,81					12.720	23.161
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	188,59	439				1.806	
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	174,58	2.083				8.565	
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	169,72	3.237				10.289	
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	79,00	135	169			965	1.232
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	88,70	52	64			369	468
	Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	105,96	34	37			244	271
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	152,09	48	6			344	41
	Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	161,43	39	39			296	281
Uso do sistema de transmissão	Bandeirante	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025					15		116
	Escelsa	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025					7		868
	Lajeado Energia	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025					2		21
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025					1		14
Conexão do sistema de transmissão	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					57		524
					8.429	2.932	425	-	68.101	69.492
Outros Créditos										
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		31	30			344	301
	Investco	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		38				139	
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						132	
					69	30	-	-	615	301
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					159		(3.954)
	CESA	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					100		
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					13		(1.163)
	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011							(1.585)
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011					129		(990)
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011					41		(541)
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011							(95)
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011					26		(268)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011					87		(895)
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011					2		(17)
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011							(17)
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014							(51)
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					10		(98)
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012							(15)
	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012							(15)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2011	Ativo				Receitas (despesas) no exercício		
					31/12/2011		31/12/2010		2011	2010	
					31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	Passivo	exercício	
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011			1.857				1.857		
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	29/12/2006	29/12/2006 a 29/12/2011					2		(2.342)	
	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011					95.579		(4.912)	
	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011				61.386			(2.771)	
					1.857	-	61.681	95.853		(3.916)	(13.998)
Fornecedores	Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012				967	869	(10.337)	(10.127)
		Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010							16
		Enertrade	31/01/2009	01/01/2009 a 31/07/2009							(41)
		Enertrade	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011							(877)
Contrato de uso do sistema de distribuição	Enertrade	01/05/2011	01/05/2011 a 30/11/2011		24					65	61
		Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				760	599	(7.401)	(6.652)
		Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					158	(1.028)	(1.881)
		Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025				40	39	(442)	(496)
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					83	56	(603)	(360)
					-	24	1.850	1.721	(20.623)	(19.480)	
Total					10.355	2.986	63.956	97.574	44.177	36.315	

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuído pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

10.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

As contrapartes Costa Rica, Pantanal Energética e Santa Fé são controladas direta da Companhia.

10.2 Remuneração dos administradores**10.2.1 Política ou prática de remuneração do conselho de administração, diretoria e comitês.**

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Conselho de Administração

Não se aplica

Diretoria

Remuneração Fixa: 76%

Remuneração Variável: 24%

10.2.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício 2011 (em R\$)

	2011	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Total
Número de membros		6 (*)	4 (**)	10
Remuneração fixa	n/a	1.749.163	1.749.163	
Salário ou pró-labore	n/a	1.253.422	1.253.422	
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	150.650	150.650	
Encargos sociais	n/a	345.091	345.091	
Remuneração variável	n/a	537.898	537.898	
Bônus	n/a	420.233	420.233	
Encargos sociais	n/a	117.665	117.665	
Valor Total da remuneração, por órgão	n/a	2.287.061	2.287.061	

(n/a) = Não Aplicável

(*) Os 6 membros do Conselho de Administração não são remunerados.

(**) Dos 4 membros da Diretoria, todos são remunerados. A remuneração anual global de tais membros é de até R\$2.100.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

10.2.3 Média de remuneração e encargos do conselho de administração e da diretoria relativos ao exercício de 2011 (em R\$)

	2011	Conselho de administração	Diretoria estatutária
Número de membros		6	4
Valor da maior remuneração individual		n/a	63.048
Valor da menor remuneração individual		n/a	8.454
Valor médio de remuneração individual		n/a	47.647

11. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante
Depósitos judiciais	21	3.255	9	3.255	1.783
Cauções e depósitos vinculados		585	105	4.081	11.806
Total		3.840	114	4.081	15.061

Depósitos judiciais

O saldo apresentado no consolidado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 refere-se a depósitos judiciais recursais, visto que as ações de natureza trabalhista encontram-se em andamento.

Cauções e depósitos vinculados

O saldo de R\$4.081 em 31 de dezembro de 2010 no circulante e R\$11.806 em 31 de dezembro de 2011 (R\$8.625 em 31 de dezembro de 2010) no Não circulante, refere-se ao contingenciamento e aplicação de recursos efetuado pela Controladora e suas controladas Pantanal e Santa Fé, mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamentos firmados com as instituições financeiras.

12. Outros créditos - Ativo e outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados	161	39			164	42		
Adiantamentos a fornecedores		127				162		
Créditos a receber - clientes		167				167		
Dispêndios a reembolsar	1.954	2.758			1.954	2.758		
RGR a compensar	134				134			
Bens destinados à alienação								15
Serviços em curso	3.577	1.987			3.947	2.615		
Serviços prestados a terceiros	148	82			148	98		
Desativações e alienações em curso					205	317		
Outros	15	227			(57)	174		
Total	5.989	5.387	-	-	6.495	6.333	-	15
Outras contas a pagar - Passivo								
Folha de pagamento	355	283			355	289		
Outras	49	3	59	84	52	4	59	84
Total	404	286	59	84	407	293	59	84

13. Investimentos**13.1 Movimentação dos investimentos no exercício**

	Saldos em 31/12/2010	Equivalência patrimonial	Dividendos/JSCP	Incorporação (Nota 1.1)	Transferência controle Evrecy	Saldos em 31/12/2011	% Participação direta	
							31/12/2011	31/12/2010
CESA	80.906	9.376	(10.748)	(79.534)	-	-	100,00	100,00
Pantanal	58.224	28.667	(12.267)		74.624	100,00	100,00	100,00
Evrecy	27.608	4.485	(4.202)		(27.891)	-	100,00	100,00
Costa Rica	11.831	7.206	(6.996)		12.041	51,00	51,00	51,00
Santa Fé	96.384	10.291	(2.444)		104.231	100,00	100,00	100,00
Total	274.953	60.025	(36.657)	(79.534)	(27.891)	190.896		

13.2 Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido		Resultado acumulado	
	31/12/2011		31/12/2010		31/12/2011		31/12/2010		Ativos totais		Receitas		Resultado acumulado	
	Ordinárias/Quotas	Ordinárias/Quotas	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
(1) CESA	10	10	100	100	100	100	233.935	233.935	153.029	80.906	26.550	43.756	9.376	15.953
Pantanal	23.390	23.390	100	100	100	100	87.897	78.418	13.273	20.194	74.624	58.224	44.541	28.667
(2) Evrecy	21.512	21.512	100	100	100	100	29.438	29.438	1.830	1.830	27.608	5.963	6.223	4.485
Costa Rica	7.302	7.302	51	51	51	51	25.727	25.601	2.117	2.403	23.610	23.198	17.921	16.910
Santa Fé	86.371	86.371	100	100	100	100	184.129	179.583	79.898	83.199	104.231	96.384	21.951	21.235

(1) Em 31 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da CESA, deliberou a sua Incorporação pela Energest, vide nota 1.1.

(2) Em 17 de outubro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Energest, deliberou a redução do capital social da Energest em R\$27.891 e, a título de restituição do valor correspondente à redução do capital social, foi aprovado a atribuição do controle acionário da Evrecy para a EDP - Energias do Brasil.

14. Imobilizado

	Controladora						Consolidado					
	31/12/2011		31/12/2010		31/12/2011		31/12/2010		31/12/2011		31/12/2010	
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Geração												
Terrenos		1.215		1.215		435		435		26.705	(25.342)	1.363
Reservatórios, barragens e adutoras	2,82	105.330	(35.656)	69.674	2,22	26.705	(25.342)	1.363	3,52	18.035	(16.947)	1.088
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,70	32.911	(20.318)	12.593	3,71	137.934	(39.914)	98.020	4,10	200.663	(57.134)	143.529
Máquinas e equipamentos	4,10	200.663	(57.134)	143.529	20,00	714	(406)	308	20,00	920	(413)	507
Veículos	20,00	714	(406)	308	10,00	393	(200)	193	10,00	297	(84)	213
Móveis e utensílios	10,00	393	(200)	193		341.226	(113.714)	227.512		184.326	(82.700)	101.626

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora							
	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2011			Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2010		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	88	(10)	78	4,00	89	(7)	82
Máquinas e equipamentos	9,57	1.523	(303)	1.220	9,52	1.475	(193)	1.282
Veículos	20,00	1.078	(500)	578	20,00	1.002	(319)	683
Móveis e utensílios	10,00	472	(233)	239	10,00	448	(194)	254
Total do imobilizado em serviço		3.161	(1.046)	2.115		3.014	(713)	2.301
Imobilizado em curso								
Geração		179.384		179.384		94.880		94.880
Administração		202		202		13		13
Total do imobilizado em curso		179.586		179.586		94.893		94.893
Total imobilizado		523.973	(114.760)	409.213		282.233	(83.413)	198.820
		Consolidado						
		31/12/2011			31/12/2010			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Geração								
Terrenos		6.006		6.006		6.008		6.008
Reservatórios, barragens e adutoras	2,59	235.276	(58.609)	176.667	2,31	234.523	(53.977)	180.546
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,54	93.075	(47.694)	45.381	3,46	92.890	(46.002)	46.888
Máquinas e equipamentos	3,98	282.376	(85.540)	196.836	3,87	293.231	(79.203)	214.028
Veículos	19,91	1.088	(725)	363	20,00	1.411	(804)	607
Móveis e utensílios	9,70	718	(370)	348	9,96	702	(302)	400
		618.539	(192.938)	425.601		628.765	(180.288)	448.477
Transmissão								
Terrenos		1		1		1		1
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	96	(49)	47	4,00	96	(45)	51
Máquinas e equipamentos	3,45	2.465	(942)	1.523	3,45	2.732	(1.009)	1.723
		2.562	(991)	1.571		2.829	(1.054)	1.775
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	88	(10)	78	4,00	89	(7)	82
Máquinas e equipamentos	9,57	1.523	(303)	1.220	9,52	1.476	(193)	1.283
Veículos	20,00	1.078	(500)	578	20,00	1.002	(319)	683
Móveis e utensílios	10,00	477	(234)	243	10,00	449	(194)	255
		3.166	(1.047)	2.119		3.016	(713)	2.303
Total do imobilizado em serviço		624.267	(194.976)	429.291		634.610	(182.055)	452.555
Imobilizado em curso								
Distribuição		1		1		1		1
Geração		225.459		225.459		157.787		157.787
Transmissão						3		3
Administração		202		202		13		13
Total do imobilizado em curso		225.662		225.662		157.804		157.804
Total imobilizado tangível		849.929	(194.976)	654.953		792.414	(182.055)	610.359

O saldo correspondente aos montantes da rubrica de Transmissão refere-se a itens do Imobilizado em serviço da Costa Rica.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora								Valor líquido em 31/12/2011
	Valor líquido em 31/12/2010	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Partes relacionadas	Incorporação CESA	Reclassificação	
Imobilizado em serviço									
Terrenos	435				(1)		781		1.215
Reservatórios, barragens e adutoras	1.363			(1.110)			69.422	(1)	69.674
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.170			(369)			11.751	119	12.671
Máquinas e equipamentos	99.302		635	(4.762)			49.699	(125)	144.749
Veículos	1.190		123	(353)	(80)			6	886
Móveis e utensílios	467		28	(69)			6		432
Total do imobilizado em serviço	103.927	-	786	(6.663)	(81)	-	131.659	(1)	229.627
Total do Imobilizado em curso	94.893	41.271	(852)	-	(408)	(920)	45.587	15	179.586
Total do imobilizado	198.820	41.271	(66)	(6.663)	(489)	(920)	177.246	14	409.213
		Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2010	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Partes relacionadas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011	
Imobilizado em serviço									
Terrenos	6.010				(2)			6.008	
Reservatórios, barragens e adutoras	180.547	64	1.434	(4.642)	(833)		36	176.606	
Edificações, obras civis e benfeitorias	47.018		169	(1.788)	3		105	45.507	
Máquinas e equipamentos	217.035		838	(8.597)	(91)		(9.547)	199.638	
Veículos	1.290		123	(397)	(81)		6	941	
Móveis e utensílios	655		32	(95)	1		(2)	591	
Total do imobilizado em serviço	452.555	64	2.596	(15.519)	(1.003)	-	(9.402)	429.291	
Total do Imobilizado em curso	157.804	63.214	(2.662)	-	(1.190)	(920)	9.416	225.662	
Total do imobilizado	610.359	63.278	(66)	(15.519)	(2.193)	(920)	14	654.953	

14.1 Cessão parcial e compartilhamento da Pequena Central Hidrelétrica São Simão (PCH São Simão)

Em 30 de novembro de 2010 foi firmado acordo entre a controlada Santa Fé e a São Simão Energia S.A. através do contrato de Cessão parcial e compartilhamento da PCH São Simão incluindo uma linha de Transmissão de 30km, em 138KV no município de Alegre, Estado do Espírito Santo, cujo compartilhamento foi autorizado por meio do Despacho ANEEL nº 1.556 de 27 de abril de 2009.

O valor pago pela controlada Santa Fé foi de R\$ 5.489 e corresponde à metade do investimento e ambas as partes ficaram responsáveis por assumir todos os custos adicionais decorrentes da aquisição, constituição, regularização, manutenção, averbação e registro dos ativos, que serão compartilhados com a controlada Santa Fé à proporção de 50%, quando da apuração e dos efetivos pagamentos.

14.2 Incorporação CESA pela Energest

Os saldos apresentados na coluna de Incorporação, referem-se aos saldos da controlada CESA em 31 de julho de 2011, na data-base da incorporação conforme demonstrado na nota 1.1.

14.3 Partes relacionadas

O montante de R\$920 refere-se ao contrato de cessão e transferência de investimento com a ECE Participações, conforme demonstrado na nota 10.

15. Intangível

	Controladora							
	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2011			Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2010		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	19,05	1.975	(1.335)	640	16,67	866	(526)	340
Servidão permanente		42		42				
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	528	(372)	156	25,00	133	(133)	-
		2.545	(1.707)	838		999	(659)	340
Administração								
Software	19,41	520	(208)	312	19,38	514	(108)	406
		520	(208)	312		514	(108)	406
Total do intangível em serviço		3.065	(1.915)	1.150		1.513	(767)	746
Intangível em curso								
Geração		19.081		19.081		15.748		15.748
Administração		482		482				
Total do intangível em curso		19.563		19.563		15.748		15.748
Total intangível		22.628	(1.915)	20.713		17.261	(767)	16.494
		Consolidado						
		31/12/2011			31/12/2010			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	17,10	2.200	(1.464)	736	15,81	2.122	(1.053)	1.069
Servidão permanente		219		219		219		219
Direito de concessão - Licenças ambientais	11,92	1.107	(913)	194	11,91	1.108	(687)	421
		3.526	(2.377)	1.149		3.449	(1.740)	1.709
Administração								
Software	19,41	520	(208)	312	19,39	519	(108)	411
		520	(208)	312		519	(108)	411
Total do intangível em serviço		4.046	(2.585)	1.461		3.968	(1.848)	2.120
Intangível em curso								
Geração		19.845		19.845		16.836		16.836
Administração		486		486				
Total do intangível em curso		20.331		20.331		16.836		16.836
Total intangível		24.377	(2.585)	21.792		20.804	(1.848)	18.956

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora								
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Partes relacionadas	Incorporação CESA	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço									
Software	746		74	(356)	(1)		488	1	952
Servidão permanente				(32)			42		42
Direito de concessão - Licenças ambientais							188		156
Intangível em curso	15.748	5.657	(8)	(388)	(1.200)	(937)	318	(15)	19.563
Total Intangível	16.494	5.657	66	(388)	(1.201)	(937)	1.036	(14)	20.713

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado						Valor líquido 31/12/2011
	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Partes relacionadas	
Intangível em serviço							
Software	1.480		78	(509)	(2)		1
Servidão permanente	219						
Direito de concessão - Licenças ambientais	421			(227)			
Intangível em curso	16.836	5.660	(12)		(1.201)	(937)	(15)
Total Intangível	18.956	5.660	66	(736)	(1.203)	(937)	(14)

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não são amortizadas.

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira e devem ser obtidas após a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização deverá ser efetuada durante o período de vigência da licença.

15.1 Incorporação CESA pela Energest

Os saldos apresentados na coluna de Incorporação, referem-se aos saldos da controlada CESA em 31 de julho de 2011, na data-base da incorporação conforme demonstrado na nota 1.1.

15.2 Partes relacionadas

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição dos empréstimos

			Controladora				Consolidado			
			31/12/2011		31/12/2010		31/12/2011		31/12/2010	
Moeda nacional	Custo da dívida	Encargos Circulante	Principal		Encargos Circulante	Principal		Encargos Circulante	Principal	
			Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Cédula de Crédito Bancário	106,6% do CDI	1.628	9.600	28.800	1.904	10.666				37.333
Santander - CDI	113,50% do CDI	3.599	33.219		1.982	21.355				
BNDDES	4,50% a.a. fixo e 1,92% a.a. acima da TJLP	45	2.503	13.558	3.886	32.021				37.333
Total		5.272	45.322	42.358	3.886	32.021				37.333
			Controladora				Consolidado			
			31/12/2011		31/12/2010		31/12/2011		31/12/2010	
Moeda estrangeira	Empresa	Custo da dívida	Principal		Encargos Circulante	Principal		Encargos Circulante	Principal	
			Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
BNDDES	CESA	4,81% + variação cambial			2	299				174
BNDDES	Pantanal	UMBNDDES + 4,50% a.a.	1	178	2	270				158
Total			1	178	4	569				332
Cédula de Crédito Bancário	Energest	106,6% do CDI	1.628	9.600	28.800	1.904	10.666			37.333
Santander - CDI	Energest	113,50% do CDI	3.599	33.219		1.982	21.355			
BNDDES	Energest	4,50% a.a. fixo e 1,92% a.a. acima da TJLP	45	2.503	13.558	80	6.692			18.156
Santander - CDI	CESA	113,50% do CDI				1.101	11.864			
BNDDES	Pantanal	4,50% a.a. acima da TJLP	8	1.894		25	3.788			1.893
Eletrobrás	Costa Rica	5,00% + 1,50% a.a. (tx adm.)	9	532	649		584			1.129
BNDDES - Banco do Brasil	Santa Fé	1,90% a.a. acima da TJLP	234	5.679	63.413	253	5.679			69.091
Total			5.523	53.427	106.420	5.349	60.628			127.602
Total			5.524	53.605	106.420	5.349	61.197			127.934

17.2 Informações adicionais sobre a dívida da companhia

cédulas de crédito bancário

Contrato firmado em fevereiro de 2008, no valor total de R\$48.000, junto ao Banco do Brasil S.A. sobre o valor do empréstimo incidirão juros à razão de 106,6% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 20 de fevereiro de 2011 e a última em 20 de fevereiro de 2015 e juros semestrais vencíveis a partir de 20 de agosto de 2008 até 20 de fevereiro de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida líquida/EBITDA em índice não superior a 3,5. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$40.028.

Santander CDI - Repasse de recursos captados em reais no exterior, contratado junto ao Banco Santander S.A., nº 231006029, firmado em 12 de fevereiro de 2009, no valor de R\$21.355, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia aval em nota promissória e EDP - Energias do Brasil como Interviente Garantidor. Esta operação em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 9 de março de 2011, com taxa de 113,50% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2011 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 5 de março de 2012, com taxa de 113,50% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$23.669.

Santander CDI - Contrato nº 231006019, firmado em 12 de fevereiro de 2009, pela CESA no valor de R\$11.864, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória e EDP - Energias do Brasil como Interviente Garantidor. Esta operação em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 9 de março de 2011, com taxa de 113,50% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2011 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 5 de março de 2012, com taxa de 113,50% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R\$13.149.

BNDDES - Contrato firmado em 13 de novembro de 2009, no valor de R\$25.404. A 1ª liberação efetuada para a CESA, de R\$4.863, ocorreu em 22 de abril de 2010 e a 2ª liberação, de R\$15.141, ocorreu em 13 de maio de 2010, sendo amortizáveis em 96 meses, respectivamente e, vencendo-se a primeira prestação de ambas em 15 de junho de 2010 e a última em 15 de maio de 2018, com juros que variam de 1,92% acima da TJLP e juros fixos de 4,50%. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 1,8 vezes a prestação vencida deste contrato. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R\$16.106. Com a reorganização Societária - Incorporação da CESA pela Energest, este contrato foi assumido pela Companhia, conforme descrito na nota 1.1.

17.3 Informações adicionais sobre o serviço da dívida das controladas

Pantanal

O contrato nº 01221231 firmado em fevereiro de 2002, no valor de R\$55.447, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíba no Estado de Mato Grosso do Sul. O contrato é subdivido em 3 subcréditos, dos quais R\$49.902 foram em moeda. A mutação dos empréstimos e financiamentos do exercício é a seguinte:

	Controladora						Incorporação de empresa	Valor líquido em 31/12/2011
	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências			
Circulante								
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	35.907	(10.642)	(7.994)	8.722	9.576	15.025	50.594	
Total	35.907	(10.642)	(7.994)	8.722	9.576	15.025	50.594	
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	37.333	-	-	-	(9.576)	14.601	42.358	
Total	37.333	-	-	-	(9.576)	14.601	42.358	
Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2011	
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	66.546	(29.103)	(16.499)	16.665	21.507	13	59.129	
Total	66.546	(29.103)	(16.499)	16.665	21.507	13	59.129	
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	127.934	-	-	-	(21.507)	(7)	106.420	
Total	127.934	-	-	-	(21.507)	(7)	106.420	

18. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

	Controladora		Consolidado	
	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2011
Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA	37		37	
Assistência médica e seguro de vida	48	2.272	48	2.272
Previdência Privada - EnerPrev	17		17	
Total	102	2.272	102	2.272

O montante de R\$937 refere-se ao contrato de cessão e transferência de investimento com a ECE Participações, conforme demonstrado na nota 10.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado		
	Circulante	31/12/2010	Circulante	31/12/2010	Não circulante 31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	968	2.460	968	2.460	
Encargos de uso da rede elétrica	843	649	937	846	
Operações CCEE	1.403	2.243	1.422	3.047	
Materiais e serviços	15.550	5.615	23.046	15.652	915
Total	18.764	10.967	26.373	22.005	915

nacional e R\$5.545 em moeda estrangeira (UMBNDDES).

BNDDES (moeda nacional) - No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R\$30.014, R\$17.565 em 2004 e R\$5.635 em 2007. Referente aos recursos dos subcréditos "A" e "B". Sobre o valor do principal incidem juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de junho de 2012. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R\$1.902.

BNDDES (moeda estrangeira) - No exercício de 2002 foi liberado recurso do subcrédito "C" no montante de R\$9.266. Sobre o valor do principal incidem juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da UMBNDDES, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 16 de julho de 2012. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R\$179.

Costa Rica

Eletrobrás-Financiamento ECF-1568/97 - Contrato assinado pela Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R\$5.375, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletrobrás - FINEL, com juros de 6,5% a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória, assumidas pela Costa Rica. Contrato repassado para a Costa Rica, através do "Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor". O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R\$1.190.

Santa Fé

BNDDES - Contrato firmado em maio de 2009, com repasse de recursos pelo Banco do Brasil. No dia 29 de maio de 2009 foram liberados recursos no montante de R\$64.000 e em 27 de abril de 2010 foi liberado o saldo remanescente deste contrato no valor de R\$11.633. Sobre o valor do principal incidem juros à taxa de 1,9% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente a partir de 15 de março de 2010, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de fevereiro de 2024. A garantia pactuada prevê o penhor de 100% das ações, outras ações, direitos ou valores mobiliários da companhia e sua Controladora Energest a favor do Agente Financeiro conforme cláusula 16 do contrato. Esta operação estabelece *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 vezes, atendido até este momento. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R\$69.326.

17.4 Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Controladora		Consolidado		
	Tipo de moeda		Tipo de moeda		
	Nacional	Total	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante					
2012	50.594	50.594	58.950	179	59.129
Total	50.594	50.594	58.950	179	59.129
Não circulante					
2013	12.103	12.103	18.264		18.264
2014	12.103	12.103	17.949		17.949
2015	12.103	12.103	17.782		17.782
2016	2.503	2.503	8.182		8.182
2017	2.503	2.503	8.182		8.182
2018	1.043	1.043	6.722		6.722
2019	-	-	5.679		5.679
2020	-	-	5.679		5.679
Após 2020	-	-	17.981		17.981
Total	42.358	42.358	106.420	-	106.420
Total	92.952	92.952	165.370	179	165.549

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

18.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia. A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	2011		2010		(Passivo)
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	
Saldo inicial reconhecido	(986)	2.115	(1.129)	(1.340)	2.782
Custo do serviço corrente	(25)		25	(25)	25
Custo dos juros	(103)		103	(144)	144
Rendimento esperado dos ativos		243	(243)		315
Ganhos/(perdas) atuariais	(131)	328	(197)	459	(930)
Contribuições pagas pela empresa		15	(15)		12
Contribuições pagas pelos empregados	(8)	8		(7)	7
Benefícios pagos pelo plano	66	(66)		71	(71)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.187)	2.643	(1.456)	(986)	2.115

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro. Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios.

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes na situação do plano decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com ativos do plano (Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(328)	930	(130)	(182)	(515)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-12,41%	43,97%	-4,67%	-7,37%	-46,23%
Ajustes de experiência com obrigações do plano (Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	131	(459)	622	182	37
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	11,05%	-46,55%	46,42%	21,41%	19,27%

Situação do plano

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(1.186)	(986)	(1.340)	(850)	(192)
Valor justo dos ativos	2.642	2.115	2.782	2.469	1.114
Situação do plano	1.456	1.129	1.442	1.619	922

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2011	31/12/2010
	Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	88,38%	85,53%
Ações	9,13%	12,16%
Imóveis	0,97%	0,72%
Outros	1,52%	1,59%
Total	100,00%	100,00%

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

Classe de ativo	2011		2010	
	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,84%	82,40%	11,20%
Ações	14,40%	16,31%	14,40%	13,29%
Imóveis	0,60%	10,77%	0,60%	11,20%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	100,00%	11,63%	100,00%	11,49%

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R\$571, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R\$243, ocasionando assim um ganho atuarial de R\$328 não registrados no Patrimônio Líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente. Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	2011		2010	
	Plano I	Plano II	31/12/2011	31/12/2010
Participantes ativos		46	46	55
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos	2		2	2
Aposentados e pensionistas	1	1	2	1
Total	1	3	4	3
Total	1	49	50	58

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2011		2010	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Econômicas				
Taxa de desconto	10,25% a.a.		10,25% a.a.	
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.		11,63% a.a.	
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016		7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.		4,50% a.a.	
Inflação	4,50% a.a.		4,50% a.a.	
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational		RP 2000 Gerational	
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled		RP 2000 Disabled	
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1		Wyatt 85 Class 1	

	2010		2010	
	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Econômicas				
Taxa de desconto	10,75% a.a.		10,75% a.a.	
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,49% a.a.		11,49% a.a.	
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.		5,55% a.a.	
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.		4,50% a.a.	
Inflação	4,50% a.a.		4,50% a.a.	
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational		RP 2000 Gerational	
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled		RP 2000 Disabled	
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1		Wyatt 85 Class 1	

18.1.2 Plano de Contribuição Definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

21. Provisões

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				
Licenças ambientais	488	238	8.589	414
Total	488	238	8.956	611

21.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e suas controladas diretas contribuíram no exercício com R\$477 (R\$317 no exercício de 2010).

Esse plano tem a adesão de 67 colaboradores da Controladora e 4 colaboradores de suas controladas.

18.2 Auxílio incentivo à aposentadoria, Assistência médica e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	2011		2010	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Custo do serviço corrente	(90)	(90)		
Custo dos juros	(177)	(177)		
Custo do serviço passado	(190)	(190)		
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(1.907)	(1.907)		
Benefícios pagos diretamente pela empresa	7	7		
Saldo final reconhecido	(2.357)	(2.357)		
Custo do serviço passado não reconhecido	(1.508)		(1.651)	
Valor presente das obrigações atuariais	(3.865)	(2.357)	(1.651)	

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o ano de 2011 são de R\$85.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2011	
Custo do serviço corrente	90	
Custo dos juros	177	
Custo do serviço passado	190	
Total	457	

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$1.259.

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência médica na aposentadoria	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de benefício definido	3.702	4.361	3.165
Custo do serviço e Custo dos Juros	379	419	346

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2011		2010	
	AIA	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados	Outros benefícios a aposentados
Econômicas				
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,25% a.a.		10,25% a.a.
	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016			
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a	7,59%
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	n/a	4,50% a.a.
		11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023		
Inflação médica de longo prazo	n/a	n/a	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.		4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.		n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational		
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled		
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1		

	2011		2010	
	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.		
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a	5,55% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	n/a	n/a	4,50% a.a.
		9,5% a.a. em 2011, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2019		
Inflação médica de longo prazo		n/a		n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.		4,50% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational		
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled		
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1		

19. Obrigações estimadas com pessoal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	4.239	3.738	4.239	3.988
PIS/COFINS			57	
IR/CSLL			181	
INSS e FGTS	849	615	965	866
Total	5.088	4.353	5.442	4.854

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2011.

20. Encargos regulamentares e setoriais

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quota de reserva global de reversão - RGR	226	129	257	327
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	705	781	861	1.018
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.907	2.651	3.388	3.600
Taxa de fiscalização - ANEEL	67	41	93	94
Total	3.905	3.602	4.599	5.039

20.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia e suas controladas são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia e suas controladas têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa. (Nota 23).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora									
	Passivo							Ativo		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Incorporação de empresa	Saldo em 31/12/2011	Depósito Judicial Saldo em 31/12/2011	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	414	417	(155)	(582)	106	2.721	2.921	2.352	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.		5.500			168		5.668	101	
Total		414	5.917	(155)	(582)	274	2.721	8.589	2.453	
Não circulante		414						8.589		
Total		414						8.589		

	Consolidado									
	Passivo							Ativo		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2011	Depósito Judicial Saldo em 31/12/2011		
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.582	823	(155)	(627)	298	2.921	2.352	955	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	242	5.583		(21)	198	6.002	101		
Total		2.824	6.406	(155)	(648)	496	8.923	2.453	955	
Não circulante		2.824					8.923			
Total		2.824					8.923			

Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

21.1.2 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado				
	Instâncias	Ativo		Ativo		31/12/2011	31/12/2010	Depósito judicial	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010			31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	4.302	2.420	223	9	4.302	2.935	223	248
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	548	443			548	513		
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.328	2.672			3.417	3.241		
Total		8.178	5.535	223	9	8.267	6.689	223	248

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento na controlada CESA, que foram incorporados pela Controladora (Nota 1.1), cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R\$579 em 31 de dezembro de 2011 (R\$580 em 31 de dezembro de 2010). (Nota 11)

21.2 Licenças ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das Usinas, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e são atualizados com base no IGP-M.

22. Patrimônio líquido**22.1 Capital social**

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$263.436 e em 31 de dezembro de 2010 é de R\$226.912. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP Energias do Brasil	1.000.572.259	100	1.000.572.259	100
Outros	5		5	
Total	1.000.572.264	100	1.000.572.264	100

22.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$27.468, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	104.148
Constituição da reserva legal - 5%	(5.207)
	98.941
Destinação do lucro:	98.941
Dividendos intermediários - JSCP	27.468
Reserva de incentivo fiscal	1.022
Dividendo adicional proposto	70.451
Quantidade de ações	1.000.572.264
Dividendos por ação - R\$ - JSCP	0,02745229

22.3 Reservas

	31/12/2011	31/12/2010
Outros resultados abrangentes		
Perda/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(1.907)	
IRPJ/CSLL diferido	648	
	(1.259)	-
Reservas de lucros		
Legal	23.418	18.211
Retenção de lucros	149.358	200.949
Dividendo adicional proposto	70.451	
Incentivos fiscais	11.222	10.200
	254.449	229.360
Total	253.190	229.360

24. Gastos operacionais

	Controladora									
	Custo do serviço			Despesas operacionais				Total		
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total	Reclassificado	
Não gerenciáveis										
Energia elétrica comprada para revenda										
Moeda nacional	16.890							16.890		24.080
Encargos de uso da rede elétrica	7.969							7.969		6.605
Taxa de fiscalização						630	630			497
Compensações financeiras						4.121	4.121			3.483
	24.859	-	-	-	-	4.751	29.610	-	-	34.665
Gerenciáveis										
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		13.610				8.565	22.175			21.452
Material		1.067		106		62	1.235			964
Serviços de terceiros		7.620		333		4.602	12.555			11.256
Depreciação		6.553				82	6.635			918
Amortização		383				5	388			255
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas					13		13			27
Provisões para contingências							5.334	5.334		(375)
Aluguéis e arrendamentos		502				1.054	1.556			1.751
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens							(459)	(459)		(17)
Outras		953				2.139	930	4.022		4.401
	-	30.688	439	13	16.509	5.805	53.454	40.632	40.632	40.632
Total	24.859	30.688	439	13	16.509	10.556	83.064	75.297	75.297	75.297

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado							
	Custo do serviço			Despesas operacionais			2011	2010
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda nacional	21.861						21.861	27.620
Encargos de uso da rede elétrica	11.990						11.990	14.515
Taxa de fiscalização						1.137	1.137	1.159
Compensações financeiras						4.958	4.958	4.675
	33.851	-	-	-	-	6.095	39.946	47.969
Reclassificado								
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		14.126			9.206		23.332	23.764
Material	1.842		106		513		2.461	1.787
Serviços de terceiros	11.187		333	106	10.380		22.006	20.752
Depreciação	15.460				111		15.571	7.990
Amortização	674				63		737	729
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas				260			260	70
Provisões para contingências						5.694	5.694	204
Aluguéis e arrendamentos		540			1.097		1.637	1.879
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(497)	(497)	(67)
Outras		574			2.989		955	4.518
	-	44.403	439	366	24.359	6.152	75.719	62.765
Total	33.851	44.403	439	366	24.359	12.247	115.665	110.734

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	3.493	200	9.428	6.619
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	1.873	3.883	2.155	4.103
Descontos obtidos	6	8	49	9
Outras receitas financeiras	252	31	331	199
	5.624	4.122	11.963	10.930
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(9.113)	(7.815)	(17.800)	(20.848)
Variações monetárias moeda nacional		(2)	(21)	(225)
Variações monetárias moeda estrangeira		(4)	(5)	20
Atualização monetária de licenças ambientais	(28)	(44)	(69)	(172)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(274)	23	(495)	23
Atualização monetária contratos de mútuo	(2.772)	(2.342)	(6.434)	(7.254)
Benefícios pós-emprego	(186)		(186)	
Outras despesas financeiras	(279)	(349)	(437)	(503)
	(12.652)	(10.533)	(25.447)	(28.959)
Total	(7.028)	(6.411)	(13.484)	(18.029)
	(186)	(186)	(186)	(186)

26. Imposto de renda e contribuição social:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	113.207	89.364	113.207	89.364	128.686	108.911	128.686	108.911
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(28.302)	(22.341)	(10.189)	(8.043)	(32.171)	(27.228)	(11.582)	(9.802)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(42)	(87)	(15)	(31)	(42)	(87)	(15)	(31)
Perdas indedutíveis	(538)		(193)		(746)		(268)	
Multas indedutíveis	(1)	(1)	(1)		(1)	(1)	(1)	
Despesas indedutíveis	(138)	(11)	(50)	(4)	(138)	(11)	(50)	(4)
Gratificações a administradores	(108)	(92)	(39)	(33)	(108)	(92)	(39)	(33)
Pesquisa e desenvolvimento	74	214	27	77	74	241	27	87
Resultados de equivalência patrimonial	15.006	15.751	5.402	5.670				
Juros sobre o capital próprio	6.868	4.000	2.472	1.440	6.868	4.000	2.472	1.440
Outros								
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(308)	(10)	(111)	(4)	246	(107)	89	(39)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(329)	9.739	(11)		(331)	9.595	(12)	(115)
Ajuste lucro presumido					12.400	11.455	4.139	3.922
Incentivos fiscais								
Adicional IRPJ	24	24			132	144		
Lei Rouanet	115	42			115	42		
FIA		11				11		
SUDENE	1.328	528			1.328	528		
Despesa de IRPJ e CSLL	(6.351)	7.767	(2.708)	(928)	(12.374)	(1.510)	(5.240)	(4.575)
Alíquota efetiva	5,61%	-8,69%	2,39%	1,04%	9,62%	1,39%	4,07%	4,20%

27. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas, e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	80.349	19.890	80.349	19.890
Concessionárias	20.724	13.536	20.724	13.536
Não circulante				
Partes relacionadas	2.680	830	2.680	830
Cauções e depósitos vinculados	585	105	585	105
	104.338	34.361	104.338	34.361
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	18.764	10.967	18.764	10.967
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	50.000	35.907	50.594	35.907
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	41.860	37.333	42.358	37.333
Partes relacionadas	61.612	274	61.612	274
	172.236	84.481	173.328	84.481
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	108.216	93.223	108.216	93.223
Ativo financeiro indenizável		823		823
Concessionárias	30.548	28.874	30.548	28.874
Cauções e depósitos vinculados		4.081		4.081
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável		19.425		19.425
Partes relacionadas	1.857		1.857	
Cauções e depósitos vinculados	11.806	8.625	11.806	8.625
	152.427	155.051	152.427	155.051
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	26.373	22.005	26.373	22.005
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	57.886	61.591	59.129	66.546
Não circulante				
Fornecedores		915		915
Empréstimos e financiamentos	98.911	126.287	106.420	127.934
Partes relacionadas	61.681	95.853	61.681	95.853
	244.851	306.651	253.603	313.253

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro. Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da instituição financeira. O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado da nota 11. Para o ativo não circulante, basicamente são os depósitos vinculados à dívida com o BNDES das controladas Santa fé e Pantanal.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	Controladora				31/12/2010				
	31/12/2011	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa			80.349		80.349		19.890		19.890
Concessionárias		20.724			20.724	13.536			13.536
Cauções e depósitos vinculados				585	585			105	105
Partes relacionadas		2.680			2.680	830			830
		23.404	80.349	585	104.338	14.366	19.890	105	34.361

	Controladora				31/12/2010				
	31/12/2011	Outros ao custo amortizado	Total	31/12/2010	Outros ao custo amortizado	Total	31/12/2010	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros									
Fornecedores		18.764			18.764			10.967	10.967
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		92.952			92.952			73.240	73.240
Partes relacionadas		61.612			61.612			274	274
		173.328			173.328			84.481	84.481

	Consolidado				31/12/2010				
	31/12/2011	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa			108.216		108.216		93.223		93.223
Ativo financeiro indenizável						20.248			20.248
Concessionárias		30.548			30.548	28.874			28.874
Cauções e depósitos vinculados				11.806	11.806			12.706	12.706
Partes relacionadas		1.857			1.857				
		32.405	108.216	11.806	152.427	49.122	93.223	12.706	155.051

	Consolidado				31/12/2010				
	31/12/2011	Outros ao custo amortizado	Total	31/12/2010	Outros ao custo amortizado	Total	31/12/2010	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros									
Fornecedores		26.373			26.373			22.920	22.920
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		165.549			165.549			194.480	194.480
Partes relacionadas		61.681			61.681			95.853	95.853
		253.603			253.603			313.253	313.253

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício. A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 - (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
 - (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
- A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Controladora			
	31/12/2011	Mensuração do valor justo		31/12/2010
		Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	80.349	12.913		67.436
	80.349	12.913		67.436

	Consolidado			
	31/12/2011	Mensuração do valor justo		31/12/2010
		Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2	
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	108.216	17.631		90.585
	108.216	17.631		90.585

27.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 17, possuem como contraparte o BNDES, Banco Santander e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP e CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

Os Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composta por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contrato de Mútuo e transferência de ativos entre a Companhia e a ECE Participações, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2011.

28. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Usinas		237.022		408.063
Prédios e conteúdos (terceiros)		5.029		5.029
Responsabilidade civil		48.556		145.668
Transportes (veículos)		1.600		3.200
Acidentes pessoais		19.665		19.665

29. Informação por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

A Companhia desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração e transmissão de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

29.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2011			2010				
	Geração	Transmissão	Ajustes	Total	Geração	Transmissão	Ajustes	Total
Receitas	252.415	5.963	(543)	257.835	231.811	6.223	(360)	237.674
Custo do serviço de energia elétrica								
Custo com energia elétrica								
Energia elétrica comprada para revenda	(21.861)			(21.861)	(27.620)			(27.620)
Encargos de uso da rede elétrica	(12.533)		543	(11.990)	(14.875)		360	(14.515)
	(34.394)		543	(33.851)	(42.495)		360	(42.135)
Custo de operação								
Pessoal	(13.633)	(493)		(14.126)	(12.984)	(688)		(13.672)
Materiais e serviços de terceiros	(12.195)	(834)		(13.029)	(9.428)	(567)		(9.995)
Depreciações e amortizações	(16.134)			(16.134)	(8.524)			(8.524)
Outros custos de operação	(1.052)	(62)		(1.114)	(1.724)	(66)		(1.790)
	(43.014)	(1.389)		(44.403)	(32.660)	(1.321)		(33.981)
	(77.408)	(1.389)	543	(78.254)	(75.155)	(1.321)	360	(76.116)
	(439)			(439)	(2.174)			(2.174)
Custo do serviço prestado a terceiros	174.568	4.574		179.142	154.482	4.902		159.384
Lucro bruto								
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	(366)			(366)	(225)			(225)
Despesas gerais e administrativas	(23.980)	(205)		(24.185)	(24.199)	(199)		(24.398)
Depreciações e amortizações	(174)			(174)	(195)			(195)
Outras despesas e receitas operacionais	(12.212)	(35)		(12.247)	(7.581)	(45)		(7.626)
	(36.732)	(240)		(36.972)	(32.200)	(244)		(32.444)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	137.836	4.334		142.170	122.282	4.658		126.940
Resultado das participações societárias								
Receitas financeiras	4.485		(4.485)		4.547		(4.547)	
Despesas financeiras	11.381	582		11.963	10.742	188		10.930
	(25.431)	(16)		(25.447)	(28.953)	(6)		(28.959)
Resultado financeiro	(14.050)	566		(13.484)	(18.211)	182		(18.029)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	128.271	4.900	(4.485)	128.686	108.618	4.840	(4.547)	108.911
Imposto de renda e contribuição social correntes	(18.699)	(415)		(19.114)	(6.086)	(293)		(6.379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.500			1.500	294			294
	(17.199)	(415)		(17.614)	(5.792)	(293)		(6.085)
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores e partes beneficiárias	111.072	4.485	(4.485)	111.072	102.826	4.547	(4.547)	102.826
Participações dos acionistas não controladores	(6.924)			(6.924)	(6.623)			(6.623)
Resultado líquido do exercício	104.148	4.485	(4.485)	104.148	96.203	4.547	(4.547)	96.203

29.2 Outras informações

	31/12/2011		31/12/2010			
	Geração	Total	Geração	Transmissão	Ajustes	Total
Ativo circulante	172.376	172.376	158.108	10.013		168.121
Ativo não circulante	23.408	23.408	14.791	19.425		34.216
Investimentos			27.608		(27.608)	
Imobilizado	654.953	654.953	610.359			610.359
Intangível	21.792	21.792	18.956			18.956
Passivo circulante	163.923	163.923	132.576	1.777		134.353
Passivo não circulante	180.411	180.411	229.607	53		229.660
Patrimônio Líquido e Não controladores	528.195	528.195	467.639	27.608	(27.608)	467.639

As informações referentes ao segmento de transmissão, apresentadas na Demonstração do Resultado e no Balanço Patrimonial de 2010, refletem os saldos correspondentes a controlada Evrecy, que foram transferidos para a EDP - Energias do Brasil S.A., em 23 de dezembro de 2011, conforme mencionado na nota 1.2.

30. Compromissos contratuais e Garantias

30.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo e os contratos de mútuos (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora					
	31/12/2011					
	Nota	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	17	92.952	50.594	36.309	6.049	
Contratos de Mútuos	10	61.386	30.693	30.693		
Responsabilidades com locações operacionais		382	345	37		
Obrigações de compra		26.175	21.308	4.867		
Licenças ambientais	21	855	488	367		
		181.750	103.428	72.273	6.049	
Consolidado						
31/12/2011						
Nota	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	17	165.549	59.129	53.995	23.086	29.339
Contratos de mútuos	10	61.386	30.693	30.693		
Responsabilidades com locações operacionais		1.316	870	446		
Obrigações de compra		37.620	30.088	7.532		
Licenças ambientais	21	1.863	1.110	753		
		267.734	121.890	93.419	23.086	29.339

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
PresidenteLuiz Otávio Assis Henriques
Vice-PresidenteMiguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
ConselheiroMiguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor/PresidenteAlvaro Jorge Guerreiro de Sousa
DiretorCarlos Alberto de São José Cavaleiro
DiretorAndré Luiz de Castro Pereira
DiretorCarlos Sérgio Sagueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e ContabilidadeAna Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Energest S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energest S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS)

emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Energest S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressaltada em função desse assunto.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, como informação suplementar as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9